



O 'ESTADO DA ARTE' EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER – 2007/2012

Wilson Luiz Lino de Sousa
Régis Henrique dos Reis Silva
Tiago Onofre da Silva

RESUMO

Apresentamos um balanço da produção acadêmico-científica sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. Este é resultante de pesquisa, bibliográfico-documental, que analisou teses, dissertações, artigos, grupos e linhas de pesquisa, voltados aos estudos sobre temática. Os resultados permitiram identificar: temáticas e abordagens dominantes ou emergentes; resultados de pesquisas; lacunas e campos inexplorados e abertos à pesquisa futura; e evidenciar condições e contradições no processo de produção das investigações. Conclui-se que a produção de conhecimentos sobre o tema está em franco desenvolvimento e que houve protagonismo da Rede CEDES na indução, fomento e estabelecimento de eixos para pesquisas, na constituição de grupos e na articulação dos pesquisadores.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Esporte e Lazer; Pesquisa; Estado da Arte.

INTRODUÇÃO

A proposição de um balanço da produção acadêmico-científica sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil ancora-se na convicção de que os estudos de tipo 'Estado da Arte' permitem, a partir de recorte temporal definido, identificar e sistematizar a produção de conhecimento, conhecer os principais resultados das investigações realizadas, caracterizar temáticas e abordagens dominantes ou emergentes, bem como, as lacunas e os campos inexplorados abertos à pesquisa futura.

Tendo em vista necessária apreensão de um panorama geral (SPOSITO, 2009) importante mencionar a consideração do cenário histórico mais amplo, a partir da localização de aspectos e dimensões privilegiados em diferentes épocas e lugares, das formas e condições nas quais têm sido produzidas as dissertações de mestrado, as teses de doutorado, os artigos publicados, bem como, a organização dos grupos de pesquisa e dos pesquisadores.

Este estudo, de caráter exploratório-descritivo, articulou pesquisa bibliográfica e documental, a partir de uma abordagem quali-quantitativa, visando localizar e sistematizar o conhecimento produzido sobre o tema, caracterizar temáticas e abordagens dominantes ou emergentes, bem como, as lacunas e os campos inexplorados abertos à pesquisa futura.

Do ponto de vista operacional, o levantamento de dados foi realizado a partir do acesso a Bases de Dados existentes e em funcionamento *on-line*, que serão detalhadas a seguir. Para a organização dos dados utilizou-se planilha Microsoft Office Excel 2007.

As teses e dissertações foram selecionadas a partir duas fontes de informações: o Banco de Teses do Portal da Capes¹ e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD)². A busca envolveu o campo “Assunto” e os principais descritores utilizados foram: políticas públicas, esporte e lazer. Localizou-se 43 (quarenta e três) dissertações e 07 (sete) teses de doutorado.

Para o levantamento dos artigos publicados recorreu-se aos periódicos indexados no *Qualis Periódicos da Área 21 – (Capes)*, pertencentes aos estratos A1, B1 e B2. Identificou-se que 09 (nove) Revistas que veicularam trabalhos que abordaram a temática. A busca envolveu as palavras-chave utilizadas para a localização de teses e dissertações.

Para a identificação dos Grupos de Pesquisa recorreu-se às informações disponibilizadas pelo Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - DGP, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. As palavras-chave utilizadas foram, novamente, políticas públicas, esporte e lazer. Após a realização do levantamento identificou-se 27 (vinte e sete) grupos de pesquisa em funcionamento.

UM PRIMEIRO OLHAR PARA OS DADOS

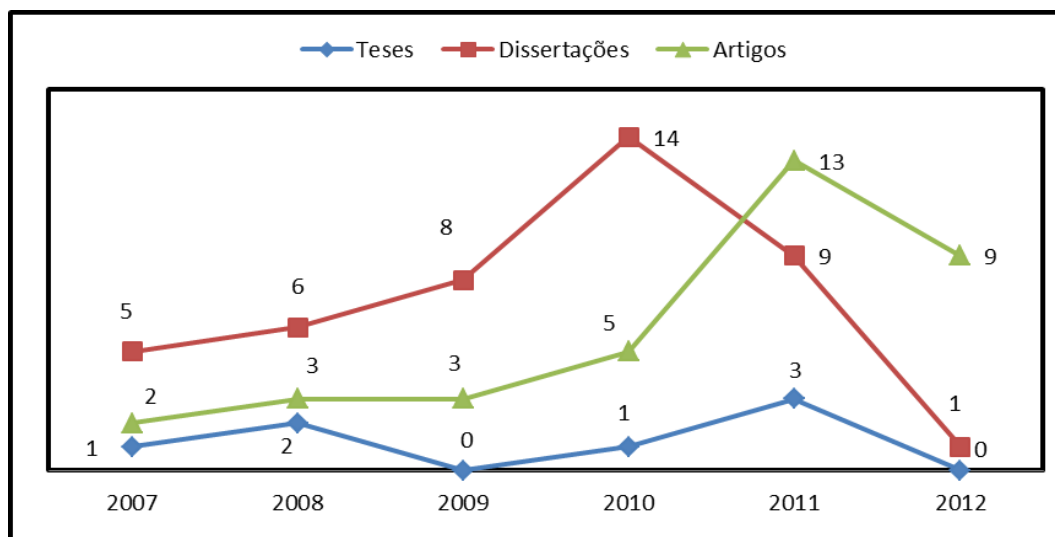
Visando abordar o objeto de estudo buscou-se, inicialmente, identificar suas partes constitutivas e estabelecer conjunto categorial que possibilitasse sua descrição e a identificação de tendências. Para tanto, considerou-se os seguintes questionamentos: Qual a dimensão da produção acadêmico-científica sobre o tema no período estabelecido? Quais as temáticas privilegiadas? Quais metodologias (técnicas de coleta e tratamento dos dados) utilizadas? Quem pesquisa: pessoas, grupos, programas e instituições?

A totalidade da produção acadêmico-científica no período de 2007 a 2012, apresentada no Gráfico 1, abaixo, corresponde a 85 trabalhos, sendo: 07 Teses, 43 Dissertações e 35 Artigos, publicados em periódicos do campo da Educação Física, pertencentes aos estratos A2, B1 e B2, do *Qualis Periódicos da Área 21* e disponíveis on-line.

Gráfico 1 - Demonstrativo do número de trabalhos, por ano, no período de 2007 a 2012.

¹<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw>

²<http://bdtd.ibict.br>



Fonte: Elaboração própria.

Com relação ao ano de publicação dos trabalhos observou-se tendência de crescimento, atingindo em 2010 o pico de produção de dissertações e 2011 para teses e artigos, demonstrando forte relação entre eles. Notou-se relação entre a produção acadêmico-científica sobre a temática e a efetivação da Política Nacional de Esporte - PNE, por um lado, e a organização dos grupos de pesquisa e o crescimento e fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação (Del DUCA *et al.*, 2001; SANTOS; AZEVEDO, 2009), nas diversas regiões do Brasil, por outro.

Castro *et al.*(2012) identificaram, ao analisar a produção de teses, dissertações e artigos de periódicos (da Educação Física, B1 e/ou B2), no período de 200 a 2009, a mesma tendência de crescimento. Os autores levantaram 41 trabalhos: 25 dissertações, 07 teses e 09 artigos. Notaram oscilação da produção ao longo do período estudado, com picos produtivos nos anos de 2004, 2006, 2008, correspondendo a 24% da produção do período e as dissertações predominaram correspondendo a 30% da referida produção.

Ao considerar o ‘cenário histórico mais amplo’ e as condições para a produção das dissertações, das teses, dos artigos, da organização dos grupos de pesquisa e dos pesquisadores, identificou-se que ‘processo de globalização’ (NOGUEIRA, 2003) impôs, nos países da América Latina, alterações nas relações entre o Estado, a Sociedade Civil e o Mercado, interferindo nos padrões de regulação Estatal. O avanço da democratização dos Estados na América Latina (BORON, 2002), com especial atenção a democratização do Estado brasileiro (NOGUEIRA, 2004), também deve ser considerado. Este é o contexto no qual se deu as reformas do Estado brasileiro e o surgimentos das ‘ideias’ sobre as necessidades e dimensões destas, impactando a produção acadêmico-científica sobre o tema.

Tais apontamentos indicam que a reflexão sobre as ‘nascentes’ democracias em nosso continente e, sobretudo no Brasil, é inseparável da análise sobre a estrutura e a dinâmica do modo de organização, produção e reprodução da sociedade. Que os temas clássicos do discurso democrático – a soberania popular, a representação política, a divisão de poderes, o império do direito, o exercício das liberdades e as dimensões da igualdade - não podem desconsiderar suas bases e consequências econômicas e sociais.

As evidências do estudo de Fagnani (1996) despertam interesse pela semelhança com observado no desenvolvimento das políticas de esporte e lazer, sobretudo com relação a: ampliação dos setores incorporados pela Política Social Brasileira³; pelo ‘sopro democrático’ no período da ‘estratégia reformista’⁴; pela prevalência dos traços estruturais da ‘estratégia conservadora - 1964/85’, no período de implementação ‘contrarreforma conservadora’⁵.

³ Fagnani (1996) identificou a incorporação de outros setores (saneamento público e habitação, p. ex.) para além daqueles presentes nas análises clássicas do *Welfare States* (educação, saúde, etc.). Complementarmente às contribuições do autor, observou-se que consagração do direito lazer (e ao esporte) na Constituição Federal, de 1988, deu-se de modo formal, também. Somente a partir de 2003, com a criação do Ministério do Esporte, o tema entraria para Agenda Política Nacional, inicialmente pela sua valorização como um ‘direito social’, a partir de programas visando à universalização do acesso as práticas da cultura corporal, garantindo ao povo brasileiro a apreensão de um ‘patrimônio cultural da humanidade’; e posteriormente, a partir da valorização dos fenômenos esportivos e de lazer circunscritos ao seu ‘potencial’ para alavancar o desenvolvimento econômico brasileiro, por um lado, e pela sua ‘qualidade’ na formação de talentos esportivos, por outro.

⁴ Segundo Fagnani (1996, p. 85), o processo Constituinte introduziu avanços formais, visando corrigir iniquidades e ampliar direitos, mas não resistiu à ‘fissura’ na coalizão governista da Nova República, possibilitando a realização de um ‘pacto conservador entre elites’, negociado pelo alto, tendo no Executivo do período o apoio necessário, fenômeno que chamou de ‘sopro democrático’. Identifica-se semelhança com o ocorrido durante o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Esporte e de Lazer, ao longo dos últimos 10 anos. O ‘sopro’ refere-se ao período, 2003-2006, no qual se cogitou a democratização da Política; e o ‘pacto’, entre os ‘Senhores do Esporte brasileiro’ e representantes do Governo Federal, sobretudo membros do ME, visou garantir a reorientação da Política Nacional Esportiva, tendo por eixo orientador a realização, no Brasil, dos Megaeventos Esportivos, promovendo a inclusão do país no circuito internacional de eventos esportivos.

⁵ Segundo Fagnani (1996, p. 60-61), são cinco os traços estruturais: regressividade dos mecanismos de financiamento; centralização do processo decisório; privatização do espaço público; expansão da cobertura e da oferta de bens e serviços; e reduzido caráter redistributivo. Com relação às Políticas de Esporte e lazer esses traços estruturais pode ser ‘lidos’ como expressões daquilo que Bresser-Pereira (1999) chamou de serviços não exclusivos do Estado. Para o autor, tais serviços devem ser financiados ou fomentados pelo Estado, por envolverem direitos humanos básicos (educação, saúde) ou porque implicam externalidades aferíveis (educação, saúde, cultura pesquisa científica), mas não apresentariam motivos para que não fossem privados, uma vez que não implicam no exercício do poder de Estado, não sendo necessário, portanto, ser controlados pelo mesmo. Observa-se, portanto, a continuidade, entre os Governos Cardoso, Lula e Dilma, da ‘tratamento’ dado aos ‘serviços não-exclusivos’ do Estado, dentre eles o esporte e o lazer, qual seja, privatização e, em certa medida, financiamento do seu oferecimento por ‘organizações públicas não-estatais’.

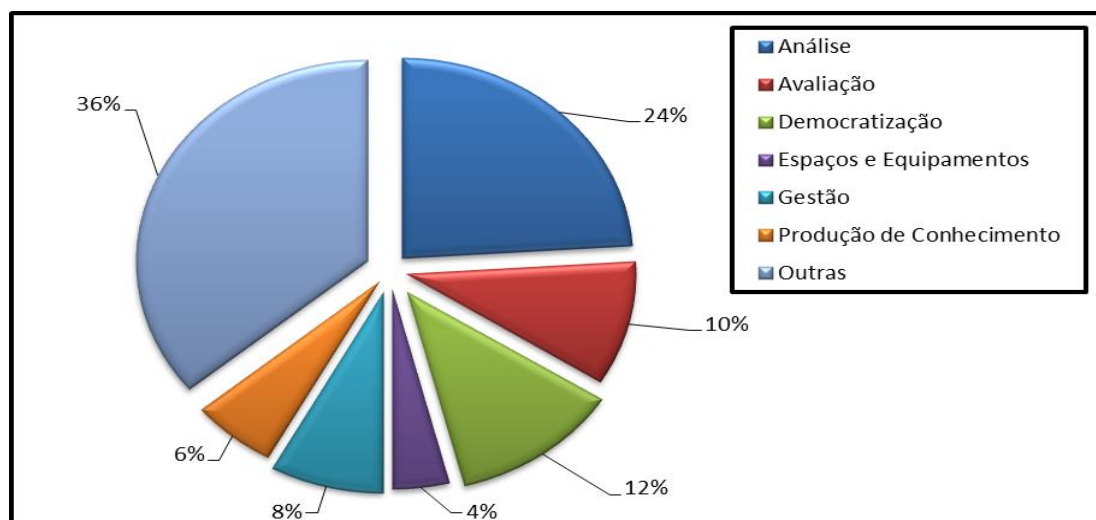
A influência das ‘ideias’ neoliberais e o impacto das reformas do Estado incidiram, de modo marcante, tanto no processo de formulação e implementação de políticas públicas setoriais para o esporte e lazer, quanto na formação da opinião pública de como estas deveriam ser. Silva; Silveira e Ávila (2007, p. 148), constataram que “[...] no âmbito das políticas públicas (...) um forte apelo midiático e ideológico no que tange à priorização do esporte [era] claro, [secundarizando o] direito social ao esporte como eixo central das ações de Estado e de suas relações com a sociedade civil”. Neste sentido, o componente discursivo segundo o qual o esporte é importante instrumento de atenuação das mazelas sociais foi recorrente, e tomado como principal vetor para a formulação da política.

Nota-se, portanto, que a provisão do bem-estar social fora transferida para a esfera privada e/ou pública não estatal, responsável pelo oferecimento de ‘serviços’ de esporte e Lazer. Ao Estado caberia prover somente os ‘serviços’ que não fossem objeto de interesse da iniciativa privada, o que denota, contraditoriamente, o abandono da compreensão da sua condição de direitos sociais e demarca, ainda, a atribuição de um novo sentido para as políticas públicas do setor, que deixam de ser de caráter universalista passando para focalista. Dessa forma, o processo de implementação de políticas públicas de inspiração neoliberal vão tomando corpo, fundamentalmente, a partir da década de 90, quando é possível verificar que tendencialmente os ‘serviços’ vinculados aos direitos sociais, também em áreas como a educação, saúde e previdência social, por exemplo, passam a ser ofertados pela esfera privada. É nesse contexto que os direitos sociais vão se convertendo em direitos do consumidor, (BRACHT; ALMEIDA, 2003), expressando a ‘máxima’ da lógica que orientou, e vem orientando a formulação e implementação das Políticas Públicas, no Brasil.

É a partir da apreensão deste contexto histórico, recente, e das contradições observada, da análise das continuidades/descontinuidades das políticas que se atribui sentido à identificação da frequência das temáticas privilegiadas pelos estudos, identificando, ainda, tendências na produção de conhecimentos.

A criação do Ministério do Esporte e a PNE implementada impactaram a produção em apreço, que pode ser verificada tanto pelas temáticas privilegiadas, quanto pelo fomento de grupos e pesquisas. No Gráfico 2, abaixo, podem ser observadas as frequências das temáticas dos trabalhos analisados. As temáticas ‘Análise’ e ‘Avaliação’ (políticas públicas) compreenderam 24% e 10% dos trabalhos, respectivamente, expressando o maior interesse dos pesquisadores pelos temas no período.

Gráfico 2 - Demonstrativo do percentual das principais temáticas identificadas nas teses e dissertações, no período de 2007 a 2012.



Fonte: Elaboração própria.

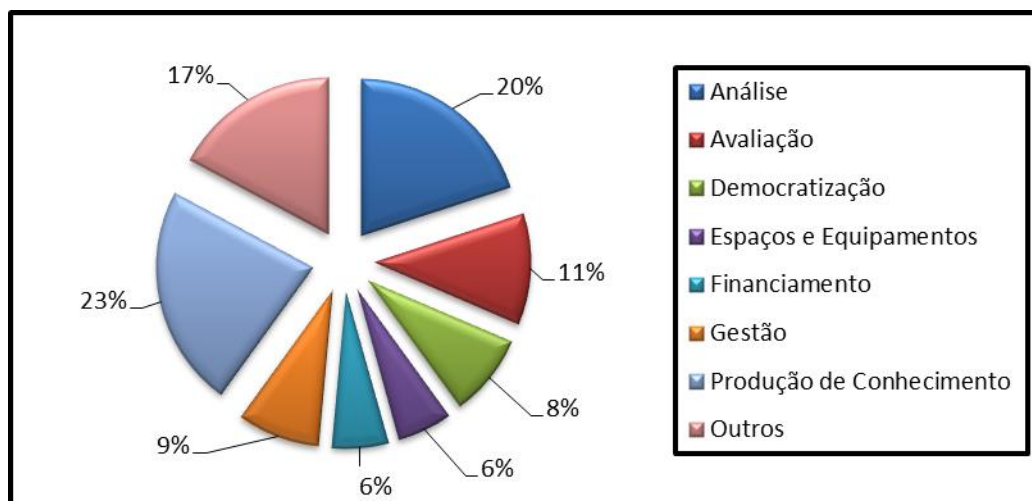
Húngaro *et al.* (2008) ao analisarem a produção do Grupo de Trabalho Temático (GTT) de Políticas Públicas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), no período de 1997 a 2005, identificaram, entre os 89 trabalhos analisados, as temáticas mais abordadas. Observaram que 16,85% dos trabalhos apresentados tematizaram exclusivamente as políticas públicas de esporte, 14,60% as políticas públicas de lazer e 13,48% as políticas de esporte e lazer. Ainda que o procedimento para de identificação das temáticas utilizada pelos autores seja diferente da utilizada na realização desta, os resultados encontrados pelos autores também indicam conjuntos de trabalhos que tematização políticas de esporte e lazer, separadamente, e outro em conjunto. Outras evidências do estudo, referentes à ausência de estudos sobre ‘Metodologia de Avaliação de Políticas Sociais’, a subordinação da produção às práticas governamentais conjunturais e ausência de estudos comparativos, auxiliam na análise das temáticas dos trabalhos selecionados, demonstrando inversão nas tendências registradas.

Observou-se, ainda, que a temática ‘Análise’ recebeu tratamento de diferentes ordens demandando categorizações distintas. Nessa direção, julga-se necessária nova análise do material empírico de modo a verificar, com a profundidade requerida, os referencias teóricos utilizados na realização do estudo.

As evidencias levantadas indicam a existências de, pelo menos, dois grupos de trabalhos: os que recorreram aos conhecimentos oriundos dos campos da Ciência Política, da Economia, da Administração, da Sociologia, Contabilidade, e os que recorreram a Sociologia realizando, portanto, ‘Análises’ ‘amplas’ e ‘restritas’. Os temas Democratização, Gestão e

Produção de Conhecimentos, correspondendo a 26% da produção, completam o quadro das temáticas privilegiadas pelas teses e dissertações e vão se apresentar como principal tendência nos artigos produzidos no período, como pode ser observado no Gráfico 3, abaixo.

Gráfico 3 - Demonstrativo do percentual das principais temáticas identificadas nos artigos, no período de 2007 a 2012.



Fonte: Elaboração própria.

A análise da frequência das palavras-chave permitiu identificar que Esporte, Lazer, Participação Popular e Política, correspondem a 49,88% do total, estão estreitamente relacionadas às temáticas da produção acadêmica analisada. Observou-se uma pequena diferença na frequência na utilização dos termos, Esporte e Lazer, correspondendo aos estudos que tratam exclusivamente da política de esporte ou de lazer. Notou-se relação com a existência do PPG em Lazer, na UFMG, por um lado, e a influência dos interesses temáticos e pesquisas desenvolvidas pelos coordenadores dos grupos de pesquisa de maior produtividade, no campo de Educação Física, por outro.

Com relação aos tipos de Metodologias de Pesquisa utilizadas na realização das pesquisas observou-se maior recorrência ao 'Estudo de Caso', em 24% dos trabalhos, a pesquisa 'Teórica' e a 'Descritiva' ocuparam o 2º e 3º lugares, com 6% e 4%, respectivamente. Não foi possível identificar a opção metodológica em 56% dos trabalhos.

Com relação às técnicas de tratamento de dados identificou-se que a abordagem Qualitativa foi a mais frequente, com 26%, seguida pelas abordagens quantitativa e qualitativa-quantitativa, com 4% cada. Novamente registrou-se significativo número de trabalhos nos quais não foram declaradas informações sobre 'escolhas' metodológicas.

As fontes de coleta de dados mais frequentes foram Sujeitos, e Obras e Documentos, ou seja, a por meio da articulação das técnicas de Inquirição (entrevistas e questionários),

Levantamento Bibliográfico e Documental. Os principais Sujeitos identificados foram: gestores, formadores, usuários, agentes, servidores públicos, prefeitos, entre outros.

Identificaram-se, claramente, os limites apontados por Ferreira (2002 p.265) quando da utilização do Resumo como fonte de pesquisa. Segundo a autora, o recurso é adequado para a quantificação e identificação de dados bibliográficos, com o objetivo de mapear a produção num período delimitado, em anos, locais, áreas de produção. No entanto, se o objetivo é inventariar a produção, identificando “tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento, os pesquisadores enfrentariam problemas”.

A análise trabalhos, considerando o contexto histórico de sua produção e a produção teórica do campo da Educação Física e das Ciências do Esporte que visou identificar a influência das mudanças na concepção de Estado e a configuração de seu ‘papel’ na sua relação com o esporte e o Lazer, permite evidenciar a continuidade de uma relação marcante desde a década 30, quando o Estado passou a intervir de forma contundente no âmbito esportivo. Essa intervenção era caracterizada, essencialmente, por um forte controle estatal, sustentado “[...] em princípios tutelares, corporativos e arbitrários”. (LINHALES, 1997, p. 220). Nessa direção, a política assim concebida, centralizadora e tutelada pelo Estado, permaneceu sem mudanças significativas ao longo do tempo.

O discurso do acesso ao esporte sempre esteve vinculado a interesse mais abrangente, de seleção de talentos esportivos para o esporte de alto rendimento, (LINHALES, 1997), fortemente incentivado desde o período do regime da ditadura militar brasileira, visando à afirmação político-ideológica do país no plano internacional e, como se pode verificar, manifestando-se, hodiernamente, na configuração de Grandes Eventos Esportivos, realinhando interesses, reaproximando agentes e indicando o abandono da perspectiva da democratização das Políticas Públicas para o setor.

As evidências quanto ao anteriormente indicado podem ser observadas em ações empreendidas pelos gestores do ME e/ou na forma pela qual eles abordam, discursivamente, o tema. Com relação ao primeiro apontamento indica-se a consulta: aos Textos para Discussão - IPEA, Nº 1356 e Nº 1394⁶; aos estudos elaborados no âmbito da Cooperação Técnica entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e o Ministério do

⁶ O IPEA, Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos que visar fornecer suporte técnico e institucional às ações governamentais, passou, a partir de 2008, a financiar pesquisas que tematizam o Esporte, a partir dos campos econômicos e administrativos, por meio do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD).

Esporte⁷; ao documento ‘Impactos econômicos da realização da Copa 2014 no Brasil’⁸; ao artigo Revista da CGU “A Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016: os desafios para o controle interno”⁹. Observou-se importante articulação entre as diversas esferas e instituições que compõem o Governo Federal, indicando sintonia entre os Gestores do ME, dos demais Ministérios e a Presidência da República.

Com relação ao discurso dos Gestores do ME observou-se, inicialmente, a reprodução das concepções difundidas por organismos multilaterais, em especial a ONU, que tomam o esporte como ‘ferramenta da paz’¹⁰; posteriormente, e a partir da necessidade de legitimação da realização dos Jogos Pan-Americanos, em 2007, e vislumbrando a possibilidade de realização de Megaeventos Esportivos no Brasil, nota-se a ênfase na afirmação do esporte como ‘forte indutor de desenvolvimento’¹¹, ou como um ‘fator para o desenvolvimento econômico’¹², capaz de, simultaneamente, ampliar a empregabilidade no

⁷ O documento “COPA 2014: Cidades-Sede e Oportunidades para o Desenvolvimento Urbano”, redigido por Neio Campos, Consultor do BID, e Ricardo Farret, é parte de uma série de estudos, elaborados no âmbito da referida Cooperação Técnica, intitulada “Grandes Eventos Esportivos e Planejamento de Desenvolvimento Urbano: Intercâmbio de Melhores Práticas” (BR-T1159), elaborados para subsidiar decisões na preparação da COPA 2014. Abordou os temas “eficiência energética”, “gestão de arenas multiuso”, “mobilidade urbana”, “mudanças climáticas” e “gestão de resíduos e reciclagem”. Disponível em: <http://www2.semas.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_1_id=3228210&folderId=3235061&_ame=DLFE-29558.pdf> Acesso em: 20 março 2013.

⁸ O referido documento, que apresenta modelo econométrico utilizado para calcular os potenciais impactos econômicos resultantes da realização da Copa do Mundo no Brasil, foi elaborado por Consórcio contratado pelo Ministério do Esporte em licitação de julho de 2009, especialmente pela empresa consorciada *Value Partners Brasil Ltda*, cujo objetivo era fornecer “suporte de gerenciamento ao Ministério do Esporte”. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/estudoSobreImpactosEconomicosCopaMundo2014.pdf>. Acesso em: 18 março, 2013.

⁹ Na publicação da nona edição da Revista, em junho de 2011, encontra-se o artigo produzido por dois analistas de finanças e controle da CGU, engenheiros civis, discutindo o papel do controle interno e cita seus desafios na fiscalização da aplicação dos recursos públicos envolvidos na realização dos dois mais importantes eventos esportivos mundiais, que acontecerão no Brasil nos anos de 2014 e 2016. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/RevistaCgu/Arquivos/9edicao.pdf>> Acesso em 16 março, 2013.

¹⁰ Cf. Relatório da Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/esporteParaDesenvolvimentoPaz.pdf>>

¹¹ Cf. Documento do BNDES. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuacao/Esporte/index.html>

¹² Na Biblioteca do IPEA encontra-se conjunto, interessante, de textos produzidos visando analisar, e/ou avaliar, os impactos econômicos do esporte, em geral, e dos megaeventos esportivos, em particular. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1246&Itemid=68isponv>

país e criar as condições para do desenvolvimento das ‘cidades empreendedoras’¹³, combinando “[...] a ação governamental e interesses privados (...) na invenção de lugares e na regeneração de espaços de desvalia”. (MASCARENHAS, 2012, p. 41).

Foi neste contexto que o circuito internacional de eventos esportivos impactou as decisões sobre o ‘eixo orientador’ da Política Nacional do Esporte, aglutinou forças e interesses. Segundo Castelan (2011), foi o momento no qual os Megaeventos Esportivos passaram a ser compreendidos como eixo orientador da pauta prioritária do Governo Federal, implicando no abandono das deliberações das Conferências Nacional de Esporte.

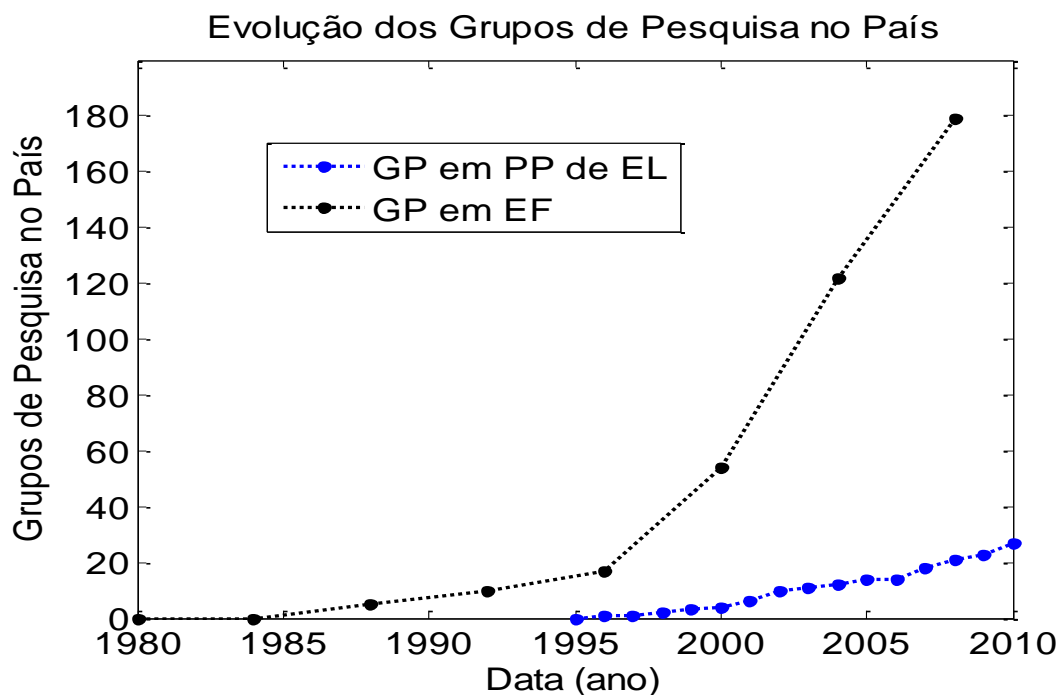
Identificou-se que dentre as Metodologias de Pesquisa a prevalência foi do Estudo de Caso, com relação às Técnicas e Fontes de Coleta de Dados a prevalência foi a Inquirição (entrevistas e questionários) e os Levantamentos Bibliográfico e Documental, como a apresentado anteriormente. Não obstante, a tematização da ‘mudança de eixo’ da PNE, e o conjunto de documentos produzidos pelo ME, apresentados, não constam da produção mais recente. Parece haver um hiato entre o contexto histórico e a produção.

A busca pela identificação de ‘quem’ produziu as pesquisas e ‘onde’ estas foram produzidas, notou-se relação entre a expansão dos PPG no Brasil, sobretudo em Educação Física, a evolução dos Grupos de Pesquisa e o aumento do número de pesquisas, estes últimos fomentados por uma ação do Ministério do Esporte - ME, a partir 2004, conhecida por Rede Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte e do Lazer – Rede CEDES.

O Gráfico 4, abaixo, permite a visualização do crescimento do número de Grupos de Pesquisa no período de 1980 a 2010, bem como, o pico de crescimento destes a partir do ano 2000. Identifica-se, portanto, os distintos períodos de crescimento para os Grupos de Pesquisa da Educação Física em Geral e dos Grupos que tematizam as Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Segundo Del Duca *et. al.* (2011) tal crescimento está diretamente relacionado à valorização da pesquisa e da produção de conhecimentos, bem como, pelo seu financiamento.

Gráfico 4 – Ampliação do número dos Grupos de Pesquisa no Brasil.

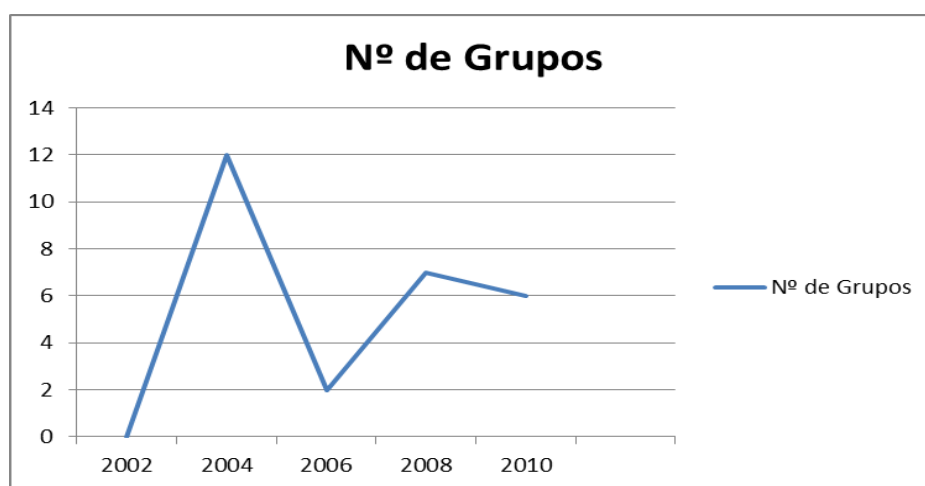
¹³ Na avaliação do Deputado Estadual Marcelo Freixo (Psol), por trás da realização da Copa e das Olimpíadas existe um projeto de cidade (Cidade-Empresa) e o esporte e o futebol estariam sendo usados para legitimar a implantação deste, que visa, essencialmente, a elitização e mercantilização do espaço urbano. Segundo o Deputado a identificação de qual projeto está em desenvolvimento por trás da realização dos megaeventos esportivos seria de fundamental importância para os brasileiros, sobretudo porque tal projeto não contempla a perspectiva de uma cidade para todos. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/11611>>.



Fonte: Adaptado de Del Duca *et al.* (2011).

A análise do Censo de 2010¹⁴ permitiu identificar que houve um aumento significativo do número de Grupos de Pesquisa que tematizam as Políticas Públicas de Esporte e Lazer a partir de 2003, conforme Gráfico nº 2, e o protagonismo e a predominância dos Grupos pertencentes ao Campo Acadêmico da Educação Física, Conforme Figura nº 1, abaixo.

Gráfico 5 – Número de Grupos de Pesquisa em Políticas públicas de Esporte e Lazer



Fonte: Elaboração Própria – Dados extraídos do Plano Tabular – DGP/CNPq – Censos 2002 - 2010.

Dos 41 Grupos que tomam as Políticas Públicas de Esporte e Lazer como objeto de estudos identificou-se que 27 (65.85%) pertencem ao Campo Acadêmico-Científico da

¹⁴ Disponível em <http://dgp.cnpq.br/planotabular/>. Acessado em 22/11/2012.

Educação Física. Dentre eles 05 (18,51%) estão vinculados a Universidades Públicas com Pós-graduação em Educação Física.

FIGURA 1 – Número de Grupos de Pesquisa por Área Predominante.

	Área Predominante	Nº de Grupos
1.	Educação	8
2.	Educação Física	27
3.	Economia	1
4.	Planejamento Urbano e Regional	1
5.	Saúde Coletiva	1
6.	Sociologia	2
7.	Turismo	1

Fonte: Elaboração Própria – Dados extraídos do Plano Tabular – DGP/CNPq – Censos 2002 - 2010.

A identificação do substancial aumento do número de Grupos de Pesquisa, sobretudo no âmbito do Campo da Educação Física, permite registrar duas tendências. A primeira refere-se à consolidação de Grupos de Pesquisas existentes e a criação de novos Grupos e/ou linhas de pesquisas, a partir da produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico na área do esporte – não relacionados com a dimensão do alto rendimento - e do lazer fomentados por uma ação do Ministério do Esporte - ME, a partir 2004, conhecida por Rede Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte e do Lazer – Rede CEDES. Os Centros foram implantados em universidades públicas e o seu funcionamento subsidiado por recursos oriundos de convênios estabelecidos entre as Universidades e o Ministério do Esporte, com vistas à realização de estudos e pesquisas promotores do conhecimento científico desta área e fomentadores da qualificação da gestão esportiva e de lazer. Tendo em vista a importância dessa ação programática voltaremos a ela mais adiante. A segunda tendência refere-se ao protagonismo e a predominância dos Grupos de Pesquisas junto ao Campo da Educação Física. Tal tendência pode ser verificada pela constatação do aumento de número de grupos, de linhas e de pessoal envolvido com as pesquisas nas diversas regiões do Brasil, disponibilizadas na Tabela abaixo.

Tabela 1 – Distribuição de Grupos, linhas e Pessoal envolvido com Pesquisa sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer por macrorregião geográfica, no Brasil¹⁵.

Região geográfica	Grupos	Linhas de Pesquisa	Pesquisadores	Estudantes	Técnicos
Centro-Oeste	06	17	60	66	01

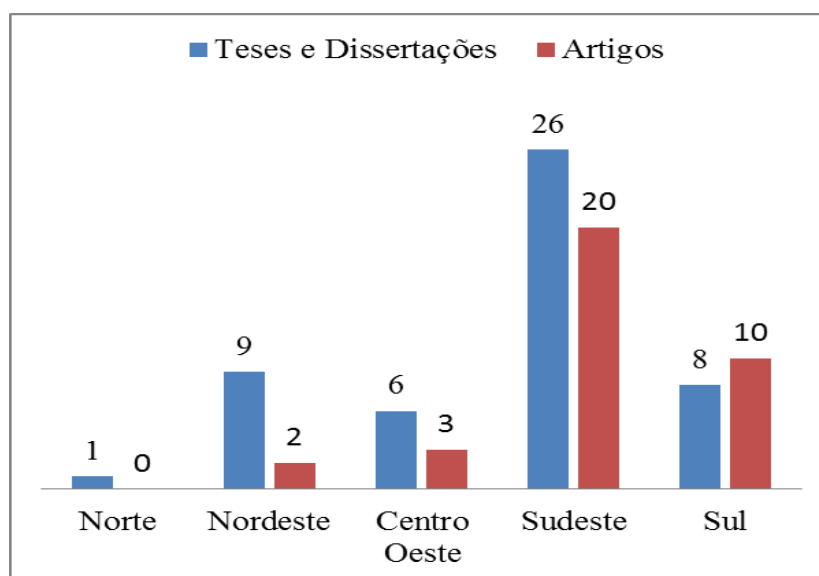
¹⁵ Em geral há dupla contagem no número de pesquisadores, estudantes e técnicos, tendo em vista que o indivíduo que participa de mais de um grupo de pesquisa foi computado mais de uma vez.

Nordeste	06	27	71	61	08
Norte	02	08	23	03	00
Sudeste	10	32	110	116	03
Sul	03	10	25	55	02
TOTAIS	27	94	289	301	13

Fonte: <http://dgp.cnpq.br/planotabular/> Acesso em: 12/10/2012

Considerando os trabalhos selecionados identificaram-se semelhanças e discrepâncias com relação ao aferido no estudo sobre os Grupos de Pesquisa. As semelhanças se referem ao protagonismo do Campo da Educação Física, observadas no número de teses e dissertações defendidas em PPGEF, correspondendo a 44% da produção do período. Identificaram-se trabalhos realizados em 11 diferentes PPG. Os PPG em Educação foram responsáveis 16% da produção e os PPG em Administração e em Lazer por 8%. A discrepância está relacionada à distribuição da produção pelas regiões, reproduzindo uma desigualdade histórica, qual seja a sua concentração na região sudeste, responsável por 54,11% da produção, seguida pelas regiões sul, nordeste, centro-oeste e norte, como pode ser observado no Gráfico abaixo.

Gráfico 6 – Demonstrativo da distribuição da produção, no período de 2007 a 2012, por região



Fonte: Elaboração própria.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

É importante reconhecer, inicialmente, alguns limites deste. Um primeiro refere-se à utilização do Resumo como fonte de dados, conforme discutido ao longo do texto. Outro aspecto a se considerar refere-se à restrição da composição da amostra aos trabalhos

disponibilizados nas bases *on-line*, implicando a desconsideração, principalmente, de teses e dissertações realizadas em instituições que ainda não disponibilizam seus catálogos pela rede. Não obstante, julga-se que o material empírico selecionado e analisado permite a identificação de um panorama geral da produção acadêmico-científica sobre o tema, para o período estabelecido.

Observou-se que o subcampo das políticas públicas está em desenvolvimento e que avançou no estabelecimento de temáticas (Análise; Avaliação; Democratização; Financiamento; etc.) que permitem contribuir para com a qualificação da produção e das próprias políticas problematizadas, favorecendo o, necessário, dialogo entre os campos da produção acadêmica e o da gestão de políticas públicas de esporte e lazer. O referido desenvolvimento está relacionado à própria conjuntura política, econômica e social do país, que poder ser expressa: pelo fortalecimento e crescimento dos PPG em universidades públicas; pela criação do ME; pela implementação de PNE, ao longo dos 11 últimos anos, sem descontinuidades; pelo enfrentamento das desigualdades regionais na produção de conhecimentos, buscando superá-las, entre outras.

Notou-se o protagonismo do Campo da Educação Física na produção de conhecimentos, fortemente relacionado à existência e funcionamento dos grupos de pesquisa e estes a existência da Rede CEDES. Com a possibilidade de extinção da referida Rede a situação pode levar estabilização da produção, circunscrita aos 27 grupos mapeados. Esta é uma análise otimista!

Quanto às lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura se sugere: a realização de ‘pesquisa sobre as pesquisas’; a problematização da mudança do ‘eixo orientador’ da PNE, implicando no abandono da democratização da política; das condições de trabalho no âmbito das universidades e as suas relações para com a produção acadêmico-científica; dos temas do Financiamento e da ‘terceirização’ dos ‘serviços públicos’.

THE 'STATE OF THE ART' IN PUBLIC POLICY
SPORT AND LEISURE-2007/2012

ABSTRACT

We present an overview of the academic-scientific production on Public Policies on Recreation and Sports in Brazil. This is a result of a bibliographic-documentary research which analyzed theses, dissertations, articles, groups and lines of research that focused on the theme. The results allowed identifying: emerging or dominant themes and approaches; research results, gaps and unexplored fields open to future research; highlight conditions, and contradictions, in the process of investigations. It is possible to conclude that the production of knowledge on the subject is developing fast and that here has been a guiding role of CEDES Network in the induction, promotion and establishment of axes for research in the formation of groups and the articulation of the researchers.

KEYWORDS: Public Policies; Sport and Leisure; Research; State of the Art.

EL 'ESTADO DEL ARTE' EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DEPORTE Y OCIO - 2007/2012

RESUMEN

Presentamos un balance de la producción académica y científica sobre políticas públicas para el deporte y ocio en Brasil. Esto es el resultado de una investigación documental y bibliográfica que examinó tesis, disertaciones, artículos, grupos y líneas de investigación, centradas en los estudios sobre el tema. Se identificó los siguientes resultados: enfoques y temáticas dominantes o emergentes; resultados de investigaciones; huecos y campos inexplorados y abiertos a estudios futuros; políticas y contradicciones en el proceso de producción de las investigaciones. Se concluye que la producción de conocimientos sobre el tema está en proceso significativo de ampliación y que la Red CEDES ha sido protagonista en la inducción, promoción y establecimiento de los ejes de la investigación, de grupos y en la articulación de los investigadores de la red.

PALABRAS CLAVES: Políticas públicas; Deporte y Ocio; Investigación; Estado del Arte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORON, A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da educação física. In: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas, v. 24, n.3, p. 87-101, maio 2003.

CASTELAN, L. P. *As Conferências Nacionais do Esporte na configuração da Política Esportiva e de Lazer no Governo Lula (2003-2010)*. 187 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas - Campinas, SP: [s.n], 2011.

CASTRO, S. B. E. *et al.* O estado da arte em políticas sociais de esporte e lazer no Brasil (2000-2009). *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 272-550, abr/jun. 2012.

CASTELLANI FILHO, L.; VERONEZ, L. F. C.; LIÃO JUNIOR, R. O esporte recreativo, o lazer, a Saúde, a Ciência & Tecnologia no Âmbito da Política Nacional de Esporte no 1º. Governo Lula 2003/2006. In HÚNGARO, E. M. e SOUSA, W. L. L. (Orgs.) *Cultura, Educação, Lazer e Esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas*. São Caetano do Sul: Alpharrabio, 2008, p. 63-92.

Del DUCA, G. F. *et al.* Grupos de pesquisa em cursos de Educação Física com pós-graduação “stricto sensu” no Brasil: análise temporal de 2000 a 2008. *Rev. bras. Educ. Fís. Esporte*, São Paulo, v.25, n.4, out./dez, 2011, p. 607-17.

FAGNANI, E. Política Social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92, *Economia e Sociedade*. Campinas, n.8, p.184-238, jun. 1997.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Revista Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 79, agosto 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 01/12/12.

HÚNGARO, E. M. *et al.* Balanço inicial da produção do GTT de Políticas Públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas. In HÚNGARO, E. M.; SOUSA, W. L. L. (Orgs.) *Cultura, Educação, Lazer e Esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas*. São Caetano do Sul: Alpharrabio, 2008, p. 86-121.

LINHALES, M. A. Políticas públicas para o esporte no Brasil: interesses e necessidades. In: SOUSA, Eustáquia S.; VAGO, T. M. (org.) *Trilhas e partilhas: educação física na cultura escolar e nas práticas sociais*. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Cultura, 1997, p. 219-229.

NOGUEIRA, M. A. *Um Estado para a sociedade civil*. Temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo, Editora Cortez, 2004.

_____. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. *Rev. bras. Ci. Soc.*[online]. vol.18, n.52, p. 185-202, junho de 2003.

MASCARENHAS, F. Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami. *Revista Movimento*. Porto Alegre, v. 18, n. 01, p. 39-67, jan/mar de 2012.

SANTOS, A. L. F.; AZEVEDO, J. M. L. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 42, p.534-605, set./dez. 2009.

SILVA, M. R.; SILVEIRA, J.; ÁVILA, A. B. Políticas públicas para o esporte: cidadania e inclusão social. In: SILVA, M. R. (org.). *Esporte, educação, estado e sociedade: as políticas públicas em foco*. Chapecó, SC: Argos, 2007, p. 140-152.

SPOSITO, M. P. (Org.). *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, volume 1/, coordenação. – Belo Horizonte, MG : Argumentvm, 2009.